



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141494 - SP (2021/0014398-4)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : PAULO VITOR LEITE CARDOSO
ADVOGADO : RAPHAEL XAVIER DE OLIVEIRA - SP407411
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PAULO VITOR LEITE CARDOSO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2223428-95.2020.8.26.0000).

O recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de tráfico de entorpecentes.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

Sustenta o insurgente que o decreto construtivo careceria de fundamentação e estaria calcado, exclusivamente, na gravidade abstrata do crime.

Aduz que não estaria demonstrada a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Alega que, considerando as condições de saúde do paciente e a Recomendação CNJ n. 62/2020, seria cabível a substituição da custódia pela prisão domiciliar ou pelas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do denunciado, com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020.)

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020.)

No caso, a parte insurgente não demonstrou a flagrante ilegalidade na custódia decretada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 129-137):

"E, em relação à pandemia do COVID-19, registra-se que, mesmo na atual conjuntura epidemiológica, a Recomendação nº 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça pode ser aplicada de forma automática, a fim de que com a liberdade provisória ou com a prisão domiciliar, em determinados casos, não se leve ainda

mais caos e gravidade para a sociedade com o aumento nos índices de criminalidade. Ademais, não há qualquer documento que comprove que o Estado não vem prestando assistência médica adequada ao Paciente."

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência